



REQUERIMENTO PARA:

➤ ALUGUER DE ELÉTRICO

nº _____ SM

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra

(nome) _____
 contribuinte (pessoa singular ou coletiva) nº _____, residente em (Rua, Avª _____)

 (nº/lote) _____ (andar) _____ (localidade) _____
 (cód. postal) _____ - _____ - _____, Freguesia de _____ com o telefone nº _____ e TM nº _____, e-mail _____,
 nascido em ____/____/____ portador do Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão / Passaporte nº _____, datado de ____/____/____, emitido pelo Arquivo de Identificação de _____, vem requerer a Vª Exª, nos termos do artigo 33º do Regulamento da Linha e do Elétrico de Sintra, aprovado pela Assembleia Municipal de Sintra, em 24 de junho de 2010, o aluguer de _____ carro elétrico para o dia _____ de _____ de _____, para (nº de pessoas) _____ dos quais (nº) _____ são alunos da escola (designação da escola) _____.

Hora de partida do elétrico ____h____; Hora de regresso do elétrico ____h____;

Tempo de duração do aluguer _____;

Percurso a realizar: _____ - _____.

Tipo de Elétrico (escolher opções):

☐ Aberto

☐ Fechado

nº de elétricos _____ (no máximo de 2)

Valor a pagar: _____;

Forma de Pagamento:

☐ Transferência bancária (NIB 003507860000002403054);

☐ Pagamento em numerário ou cheque visado no dia do aluguer.

Pede Deferimento

Sintra, ____ de _____ de 20 ____

O Requerente,

.....
 (Assinatura igual á do Bilhete de Identidade)

Conferi os documentos: (assinatura legível):

Categoria:

A preencher pela DPIM – Confirma-se o aluguer para o dia ____/____/____ nas condições do presente requerimento.

Data e Assinatura : ____/____/____; _____

Instruções

Juntar:

- Exibir Bilhete de identidade / Passaporte e cartão de contribuinte ou cartão de cidadão do requerente;
- Exibir credencial ou cartão de docente da escola, quando aplicável.

Nota:

Os carros elétricos abertos têm apenas duas barras laterais de madeira para proteção de passageiros. Os lugares das plataformas de guarda-freio têm apenas como proteção, uma corrente lateral. A Câmara Municipal de Sintra declina qualquer responsabilidade por eventuais acidentes que possam ocorrer motivados por este facto, ou ainda pela conduta menos apropriada dos utentes.

O Aluguer dos Carros Elétricos rege-se pelos artigos 30º a 38º do Regulamento da Linha e do Elétrico de Sintra, aprovado pela Assembleia Municipal de Sintra em 24 de Junho de 2010.

Artigo 30.º - Regime Geral de Aluguer

1. O aluguer de carros elétricos pode verificar-se de Terça a Quinta-Feira.
2. O aluguer pode ter início entre as 9.00 e as 15.00 horas, com uma duração máxima de três horas.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores pode excecionalmente, e mediante proposta devidamente fundamentada, a analisar caso a caso, autorizar-se o aluguer fora dos dias e períodos aí mencionados.
4. O fim do período das três horas coincide, independentemente do disposto nos números 2 ou 3, com o fim do aluguer.

Artigo 31.º Regime especial de aluguer

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o aluguer de um carro elétrico com uma duração superior a três horas pode ser autorizado em situações justificadas, e mediante proposta devidamente fundamentada desde que se encontrem cumpridos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) O aluguer deve estar totalmente compreendido no período horário entre as 9.00 e as 18.00 horas;
 - b) Nos casos de alugueres que ocupem o período da manhã e da tarde, deve estar prevista a interrupção do serviço do guarda-freio, com a duração de 90 minutos, e/ou a sua substituição.
2. Uma vez ultrapassado o período de três horas, considera-se que foi iniciado um novo período de aluguer, pelo que o seu custo será calculado com base neste pressuposto.

Artigo 32.º Número de carros elétricos por pedido de aluguer

1. Cada pedido de aluguer pode englobar, no máximo, dois carros elétricos.
2. Excecionalmente, e mediante proposta devidamente fundamentada podem ser autorizadas a utilização de mais carros elétricos no aluguer, desde que estejam reunidas todas as condições necessárias.

Artigo 33.º Procedimentos para a marcação de aluguer

1. O aluguer de carros elétricos encontra-se sujeito aos seguintes procedimentos:
 - a) O requerente solicita à Câmara Municipal de Sintra a sua reserva, através de formulário adequado, disponível na página da Câmara Municipal de Sintra, em www.cm-sintra.pt, on-line, no Portal da Autarquia, via fax, correio ou pessoalmente, junto do Gabinete de Apoio ao Município e suas Delegações, atendimento da Divisão de Turismo ou nos terminais do Elétrico de Sintra.
 - b) O formulário referido na alínea anterior deve ter campos para a recolha dos seguintes dados:
 - i. identificação do requerente;
 - ii. data de realização do aluguer;
 - iii. n.º de pessoas (com a discriminação do número de alunos, no caso de alugueres para escolas);
 - iv. hora de partida;
 - v. tempo de duração do aluguer;
 - vi. percurso a realizar;
 - vii. eventual preferência por elétrico aberto ou fechado.
2. A Câmara de Sintra confirma, através do meio mais célere, designadamente e-mail, ao requerente a possibilidade de realização do aluguer.
3. A reserva para aluguer deve ser solicitada com uma antecedência mínima de 15 dias, à exceção de casos plenamente justificados.
4. A confirmação definitiva do aluguer apenas é efetuada após a receção do pagamento de 75% do valor total, até cinco dias antes da utilização do elétrico.

Artigo 34.º Preços

1. Os preços e tipologias de aluguer são aprovados pela Câmara Municipal de Sintra.
2. O preço dos tarifários de aluguer de carros elétricos, pode ser diferenciado tendo em vista, designadamente, as diversas tipologias, devendo, em qualquer caso, de cobrir os custos mínimos de exploração:
 - a) fins comerciais;
 - b) pacotes turísticos;
 - c) escolas.

3. A tarifa relativa à tipologia referida na alínea c) do número anterior apenas se pode aplicar a um grupo de crianças ou adolescentes, acompanhadas pelos respetivos professores e/ou outros funcionários escolares, oriundos de escolas básicas, secundárias, profissionais ou categorias equivalentes.
4. A utilização de uma tipologia de aluguer não conforme com as características do grupo é punida com coima.

Artigo 35.º Prazos de pagamento

1. O pagamento do aluguer deve ser efetuado da seguinte forma:
 - a) 75% do valor total até cinco dias antes da realização do mesmo, de acordo com o procedimento descrito no artigo seguinte;
 - b) Os restantes 25% são pagos ao guarda-freio, imediatamente antes do início do aluguer, sendo fornecido o respetivo bilhete.
2. Em casos devidamente justificados e autorizados, a totalidade do valor pode ser paga, ao guarda-freio, imediatamente antes do início do aluguer.

Artigo 36.º Forma de pagamento

1. O pagamento do valor mencionado na alínea a) do artigo anterior é efetuado da seguinte forma:
 - a) O requerente efetua o pagamento, por transferência bancária, para a conta a designar pela Câmara Municipal de Sintra;
 - b) O requerente comunica à Câmara Municipal de Sintra, por fax, e-mail ou telefone, a confirmação do pagamento efetuado;
 - c) A Câmara Municipal de Sintra confirma ao requerente a receção do pagamento e os dados definitivos do aluguer.
2. O bilhete de aluguer serve de recibo, nele constando a data e o valor total do aluguer.

Artigo 37.º Falta de pagamento


A falta de pagamento, em quaisquer dos casos referidos no n.º 1 do artigo 35.º do presente Regulamento, implica o cancelamento do aluguer e a reversão, para a Câmara Municipal de Sintra, dos pagamentos já efetuados.

Artigo 38.º Cancelamento do aluguer

1. O pedido de aluguer pode ser cancelado pelo requerente até cinco dias úteis antes do mesmo, sem perda das quantias já prestadas.
2. Nos casos de cancelamentos de aluguer, efetuados em prazo inferior a cinco dias úteis antes da sua realização, os valores já depositados reverterem a favor do município.
3. Os cancelamentos devidos a motivos imprevistos, nomeadamente acidentes naturais, problemas técnicos, relacionados com os recursos humanos, ou por motivos imputáveis à Câmara Municipal de Sintra, podem, independentemente do prazo e em casos devidamente justificados e fundamentados, constituir causa bastante para a devolução das quantias já prestadas.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente.
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → serviços municipais interventores no processo.
- As respostas aos dados integrantes no formulário são obrigatórias sob pena de indeferimento do pedido.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente até despacho por parte do decisor político, ou em quem este delegue ou subdelegue. Após esse momento qualquer alteração implica apresentação de novo pedido.

	RECIBO DE ENTREGA DE REQUERIMENTO	REGº SM _____
	ASSUNTO: REQUERIMENTO PARA ALUGUER DE ELÉTRICO	
Assinatura do Funcionário: _____		
Categoria: _____ Data : ____/____/____		